

Centrão perde a maioria e surge o "buraco negro"

A falta de 280 votos — a favor ou contra — para todas as propostas de conceituação do direito de propriedade provocou, ontem, o primeiro "buraco negro" no texto da futura Constituição, em votação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje completa uma semana que nada é aprovado e, ontem, também foram destaques as derrotas do Centrão nas duas principais votações — provocadas por dissidências internas — e o surgimento de um "parlamentar-pianista" que votou duas vezes no lugar do deputado José Sarney Filho (PFL-MA), que não se encontrava no plenário.

Criado o "buraco negro", o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, de acordo com o Regimento Interno da Constituinte, tem o prazo de 48 horas para apresentar um texto

substitutivo para nova votação, sem prejuízo das sugestões dos demais parlamentares. Pelo impasse criado, Cabral deve tentar elaborar um texto consensual, tanto que, às 10h00, o presidente da Constituinte e da República, em exercício, Ulysses Guimarães, deve reuni-lo com todas as lideranças partidárias para obter essa alternativa. Havendo acordo, o conceito de direito de propriedade poderá ser votado ainda hoje.

As derrotas do Centrão na votação de seu próprio substitutivo foram atribuídas à dissidência de dois grupos. O primeiro de parlamentares evangélicos; o segundo, de peemedebistas que ameaçam agora votar com o grupo progressista da Constituinte.

O surgimento do "parlamentar-pianista" foi denunciado pelo líder do PDT, Brandão Monteiro. De concreto, existe a certeza de que o deputado Sarney Filho "votou" sem estar presente a Assembleia. As versões sobre o caso são diversas, variando desde a simples intenção do deputado não querer ser dado como ausente até "campanha" contra o presidente José Sarney.

Poder de decisão é pulverizado

Por duas vezes o "Centrão" demonstrou ontem não ter a maioria de 280 votos na Constituinte para aprovar ou rejeitar matéria de seu interesse no plenário. Na primeira votação, o grupo não conseguiu aprovar seu próprio texto sobre o direito de propriedade, destacado para votação em separado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), e obteve o apoio de apenas 236 parlamentares contra 248 e 19 abstenções. Com a falta de maioria absoluta para os dois lados, o dispositivo foi prejudicado.

Na segunda votação, o grupo voltaria a ter novas baixas, embora não suficientes para aprovar o texto do projeto de Constituição, aprovado na Sistematização, estabelecendo que o direito de propriedade subordinado ao bem-estar social e em casos de desapropriação com indenização prévia e justa. Apenas 214 constituintes do "Centrão" disseram não ao texto, que só não foi aprovado pelo grande número de abstenções — 42 — enquanto 255 parlamentares, a maioria progressista, votaram a favor.

A sessão foi marcada por forte disputa entre a direita e a esquerda em torno do conceito de propriedade. Além desse aspecto ficou clara a divisão do "Centrão", pois parte do grupo aceitou o acordo feito com o senador Mário Covas, de subordinar o direito de propriedade ao bem-estar social e a indenização, em caso de

desapropriação, feita em dinheiro.

Questões de ordem
Após várias questões de ordem, principalmente de parlamentares do "Centrão", que procuravam questionar a Mesa da Constituinte a respeito do buraco negro a votação teve início. Foram rejeitadas os dois textos principais do "Centrão" e o do projeto de Constituição, além de duas emendas substitutivas dos deputados Amaury Muller (PDT-RS) e Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP).

Diante desse impasse o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), além dos progressistas e centristas, tentará elaborar uma nova emenda para preencher o buraco negro deixado pela rejeição de todos os dispositivos apreciados. Por uma interpretação regimental do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, a sessão não foi interrompida para que os grupos chegassem a uma acordo e funcionasse normalmente votando outros dispositivos constitucionais.

No encaminhamento de todas as votações, os grupos se digladiaram com argumentos jurídicos para demonstrar seu ponto de vista a respeito do tema. A defesa e o ataque do direito de propriedade vinculada ao bem-estar social teve brilhantes discursos como os dos senadores José Paulo Bisol (PMDB-RS) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Números conflitantes

O deputado Marcos Lima (PMDB-MG) disse ontem que vai apresentar hoje uma lista com 47 constituintes que racharam com o Centrão por discordarem dos métodos de atuação das lideranças do grupo. Esses parlamentares, segundo o deputado, passarão a atuar de maneira independente no plenário, de agora em diante.

O número de dissidentes na lista que Marcos Lima se propõe a apresentar não coincide com o do deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do Centrão, que ontem relacionou apenas 17 parlamentares que não aceitam mais a liderança do grupo. De qualquer forma, é difícil saber ainda qual dos dois está apresentando o número exato de defeções entre os centristas.

Os números das duas vo-

tações de peso na sessão de ontem, onde se discutiu os conceitos de propriedade propostos pelo Centrão e o do projeto de Constituição, demonstram que os centristas sofreram mais baixas do que quer fazer crer Dasso Coimbra, já que no plenário estavam 511 constituintes. Na primeira votação, na qual deveria ser aprovado o próprio texto, do grupo o Centrão conseguiu apenas 236 votos. Na segunda, para rejeitar o texto do projeto de Constituição, conseguiu apenas 214.

Por sua vez, o deputado Marcos Lima, do Centro Democrático, uma das dissidências internas do PMDB, que sempre disse ter mais de cem parlamentares, nunca conseguiu reunir mais de 20 para concretizar um grupo forte dentro do partido.

Covas não entendeu rompimento

Nelso Rodrigues

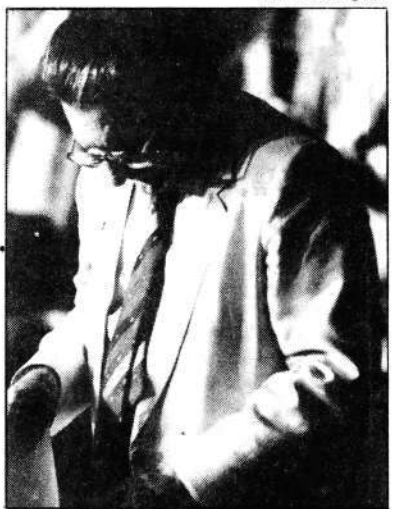
As divergências sobre a conceituação do direito de propriedade subordinada ao bem-estar social determinou ontem o surgimento do primeiro buraco negro da Constituinte. O acordo firmado entre as lideranças partidárias, na última segunda-feira, foi rompido ontem pela manhã e a matéria foi decidida voto a voto, sendo que nem os progressistas tampouco o Centrão obtiveram maioria absoluta para aprovar ou rejeitar suas propostas.

O substitutivo do Centrão, a proposta contida no texto da sistematização e três emendas substitutivas não alcançaram quorum. Criou-se o buraco negro — não sobrou nenhuma proposta para ser votada sobre a matéria — e conforme prevê o regimento interno do relator Bernardo Cabral deverá, no prazo máximo de 48 horas, oferecer um texto sugestivo com a finalidade da obtenção do acordo entre as lideranças partidárias.

"A necessidade de negociar é imperiosa", frisou o líder do PMDB, senador Mário Covas, que ainda surpreso, não conseguiu apontar as razões que levaram o Centrão a romper o acordo firmado na presença do Presidente da República, em exercício, e da Constituinte, Ulysses Guimarães. "Apenas recebi um recado ontem pela manhã do José Lourenço que estaria encontrando dificuldades de fechar acordo", contou Covas. O líder do PFL negou o telefonema, e insistiu que o próprio Covas "estava retirando o corpo fora".

Estratégia

Mas foi o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) que revelou a estratégia do Centrão: "a manobra é cair no buraco negro". Segundo o parlamentar, o conceito de direito de propriedade deve ser



Covas: "Negociar é preciso"

preservado no texto visando possibilitar "que as pessoas detenham o domínio sobre a coisa". Já o deputado José Lins (PFL-CE) chegou a sugerir modificação na desapropriação, que ele, "poderia ser tendo em vista o interesse social". A insistência do PMDB em preferir a citação no início da frase criou a discordância principal com o Centrão, comentou Lins.

Mas a decisão do líder do PFL, José Lourenço e do deputado Bonifácio de Andrada não foi bem recebida pelos demais líderes do Centrão, que em sua maioria, aceitavam o texto anteriormente acordado. Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), chegou a deixar o plenário, irritado, frisando que "o Centrão estava se dividindo". Já Eduardo (PFL-BA) reforçou que, se o acordo foi celebrado, "os demais deveriam acatar".



Constituintes da ala progressista aplaudiram as derrotas do Centrão ontem. O grupo não conseguiu aprovar suas propostas

Líder do PDT acusa fraude na votação pelo painel eletrônico

Desacreditar o processo eletrônico de votação, para atrasar os trabalhos da Constituinte, e evitar eleição presidencial este ano ou mera manobra da oposição para atingir indiretamente o presidente Sarney. Essas hipóteses foram levantadas, à noite passada, após a denúncia que o líder do PDT, Brandão Monteiro, fez no plenário da Constituinte, sobre fraude ocorrida nas votações de ontem, quando o nome do deputado Sarney Filho apareceu duas vezes no placar eletrônico, embora não tenha comparecido à sessão.

Após a manifestação do líder do PDT, o deputado peemedebista Santinho Furtado (PR) pediu à Mesa da Constituinte que apure a versão que circula na Assembleia, indicando que "muitos constituintes têm votado em nome de outros".

Caracterizando o fato como um

"exemplo inofismável de fraude", Brandão Monteiro explicou aos repórteres que antes de fazer a denúncia teve o cuidado de indagar a parlamentares do Maranhão se tinham visto Sarney Filho no plenário e de todos recebeu resposta negativa. Mesmo assim, o nome de Sarney Filho apareceu nas duas primeiras votações relativas à questão da propriedade. Na proposta do Centrão, foi-lhe atribuído um voto "sim" e, no texto da Comissão de Sistematização, o falso voto foi "não".

Brandão Monteiro utilizou "essa coerência de votos" para contestar as suspeitas levantadas por parlamentares do Centrão, como Roberto Jefferson (PTB), Ricardo Izar (PFL) e Jorge Leite, de que a denúncia poderia constituir uma trama oposicionista.

Diante dessas suspeitas, Brandão voltou ao microfone para con-

testar: "A quem interessa o crime? Todos temos nosso código e aqueles que se comprazem em defender por defender, talvez esperando mais uma concessão de rádio ou mais um favorzinho estão delustrando essa Casa".

Após os debates, o presidente em exercício da Constituinte, Mauro Benevides, anunciou que a denúncia seria remetida ao Corregedor da Assembleia, deputado Jorge Arbage, para a devida apuração. Arbage, por sua vez, disse aos repórteres que vai designar uma comissão de três membros para apurar as responsabilidades no prazo de 10 dias. O senador pernambucano Mansueto de Lavor, afirmou que o objetivo de quem deu os falsos votos é o de "colocar em cheque a votação eletrônica, fundamental para que os trabalhos da Constituinte terminem ainda este ano".

Dasso teme ser executado por saber demais

"Se revelar o que sei, o que tenho gravado, serei um homem morto". Abatido, o coordenador de mobilização do Centrão, deputado Dasso Coimbra, revelou, ontem, que vários parlamentares do movimento a cada votação importante exigem favores de "empresários e do Governo". Ele atribui a saída do movimento de constituintes integrantes do Centro Democrático do PMDB "a fisiologismo" e minimizar a decisão de um grupo de evangélicos de não mais integrar o Centrão. Dasso é evangélico, mas disse recusar o condicionamento de seu voto a interesses pessoais ou de um grupo minoritário.

O deputado Manoel Moreira, evangélico, informou que 22 constituintes de sua religião decidiram constituir um grupo à parte, desvinculando-se do Centrão. Hoje, pela manhã, eles vão se reunir com o senador Mário Covas, coordenado pelo deputado Gidel Dantas, presidente da Confederação Nacional das Igrejas Cristãs.

Segundo Manoel Moreira, as bases da grande maioria dos parlamentares evangélicos são urbanas e proletárias, "portanto, não podemos ficar estigmatizados como de direita, do Centrão". Dasso Coimbra contesta: "Somos 32 evangélicos, mas apenas 11 estiveram na reunião. A reação deles se deve a problemas pessoais como a rejeição de uma emenda do deputado Gidel Dantas".

Nas votações de ontem, apenas dois evangélicos — Manoel Moreira e Salatiel Carvalho — votaram contra o Centrão. Segundo Manoel Moreira, o grupo não foi articulado em plenário, o que fará a partir de hoje.

Risco de vida

Cercado de jornalistas no plenário da Constituinte, Dasso Coimbra comentava as defeções no Centrão, quando surpreendeu os seus interlocutores, afirmando: "Se eu falar o que sei, serei morto". Os repórteres insistiram em um esclarecimento. Ele limitou-se a dizer que tem gravações de telefonemas de parlamentares propondo a troca de votos por favores de empresários e do Governo. E, dramático, acrescentou: "Não vou revelar nomes, senão eles me matam".

Segundo ele, há também outra fonte de atração dos fisiológicos: o senador Mário Covas, de quem vários parlamentares estão se aproximando na expectativa de serem contemplados com cargos importantes na liderança do PMDB e no partido.

Cabral busca fórmula para propriedade

A manutenção da garantia do direito de propriedade, sem prejuízo do bem-estar social; a exigência da indenização em dinheiro nos casos de desapropriação; e a inclusão da função social vinculada à propriedade. Estes são itens que o relator Bernardo Cabral pretende utilizar na elaboração da fórmula que poderá preencher o primeiro "buraco negro" do texto constitucional.

Cabral convocou reunião para as 10h00 de hoje com todos os seus relatores-adjuntos, quando espera compatibilizar as diversas emendas e propostas apresentadas sobre a matéria. O texto que o relator elaborará será discutido às 11h30, com todas as lideranças partidárias e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Mas, para que o acordo seja firmado, será necessário que durante a reunião que o Centrão irá realizar, às 9h00, as lideranças revertam a posição do líder do PFL, José Lourenço, e do deputado Bonifácio de Andrada, que não aceitam a inclusão da expressão "sem prejuízo do bem-estar social" no artigo do direito de propriedade. Após o término da sessão de ontem, o deputado Luis Eduardo (PFL-BA) garantiu que os dois parlamentares irão ceder e que o acordo será procurado.

Consenso

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) defende a permanência da expressão, como um preceito constitucional, visando estabelecer no conceito de propriedade "a funcionalidade da propriedade para com a sociedade", explicou.

Por sua vez o líder do PMDB, senador Mário Covas, alertou que a Constituinte não pode mais deixar a Nação em suspenso, adiando consecutivamente as sessões e decisões. "Este País já tem interações demais; não aumenta mais esta protelação", frisou.

Após derrotadas todas as propostas do Centrão, da Sistematização e da emenda substitutiva, o recurso dos grupos de pressão recaiu rapidamente sobre a pessoa do relator Bernardo Cabral. Por seguidas vezes, o senador Virgílio Távora e os deputados Nelson Jobim e Bonifácio de Andrada subiram até a Mesa da Constituinte para falar com o relator. Segundo o próprio Bernardo Cabral, "o entendimento passará pelo consenso de todos pois, ninguém é maior do que o outro. Isto já está provado".

Manifesto tem adesão de 30 constituintes

Cerca de 30 constituintes do PMDB confirmaram ontem a dissidência no Centrão assinando manifesto no qual argumentam ter o compromisso de concluir o mais brevemente possível a Constituinte, sem atrelar-se a qualquer grupamento, além de respeitar a ação programática do PMDB, colocando a Constituição acima de qualquer partido.

Insatisfeitos com a progressiva perda de espaço dentro do Centrão, os deputados Marcos Lima (PMDB-MG), Expedito Machado (PMDB-CE) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), todos remanescentes do grupo Centro Democrático, passaram a tarde de ontem, durante a sessão da Constituinte, recolhendo assinaturas ao manifesto. Eles pretendem retomar a tese de unidade do PMDB visando as convenções municipais, estaduais e nacional do partido.

O deputado Ubiratan Aguiar cre que as divergências devem ser superadas dentro do próprio partido de forma harmoniosa. Salieta que, justamente por abarcar parlamentares de várias tendências, o Centrão torna-se um fórum difícil para que se discutam temas polêmicos, como os que estão sendo debatidos em plenário.

Briga

O deputado Marcos Lima não quis revelar os signatários do manifesto, mas o JBr apurou os nomes de alguns constituintes que



Expedito Machado: PMDB-CE

o assinaram. Além de Marcos Lima, Expedito Machado e Ubiratan Aguiar, saíram do Centrão, os deputados Antônio Câmara (PMDB-RN), Rodrigues Palma (PMDB-MT), Oswaldo Sobrinho (PMDB-MG), Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG), Luiz Soyler (PMDB-GO) e Geraldo Fleming (PMDB-AC).

Um dos líderes do grupo, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) não acredita que o manifesto signifique defeções no Centrão e sim uma pequena briga entre as inúmeras lideranças do PMDB, "mas que certamente será superada". Imperturbável, outro líder, deputado Carlos Sant'Anna diz não acreditar em dissidência dentro do grupo.

Cardoso Alves diz que grupo quer espaço

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, lamentou ontem o "racha" do grupo, evidenciado pela saída de cerca de 30 constituintes do Centro Democrático, que defendem a todo custo a unidade do partido.

Cardoso Alves, disse que é do PMDB e não vê nenhuma desunião, sendo inclusive membro da Executiva do partido. Segundo o deputado, o que esse grupo quer mesmo é conquistar mais espaço dentro do Centrão, ressuscitando o Centro Democrático. O Centrão, assegura Cardoso Alves, não possui nenhum compromisso político maior, pois trata-se de um agrupamento suprapartidário.



**Ministério da Indústria e do Comércio
SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA**

NOTA DE FALECIMENTO

Comunicamos com grande pesar os falecimentos das pessoas abaixo, ocorridos em Recife/PE no dia 08.02.88:

- Doutor **JULIO ARMANDO HORNA CANTELLI**, Engenheiro Agrônomo, Coordenador de Borracha Natural da SUDHEVEA;
- "Monsieur" **ALAIN PERRAUD**, Engenheiro Agrônomo, representante no Brasil do G.E.R.D.A.T./C.I.R.A.D. da França;
- Senhor **JOSE CALIXTO DO NASCIMENTO**, Motorista do IPA/PE.

A SUDHEVEA comunica, ainda, que o sepultamento do Doutor **JULIO CANTELLI** será hoje às 10:00 horas, no cemitério São João Batista, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.

Brasília, 10 de fevereiro de 1988